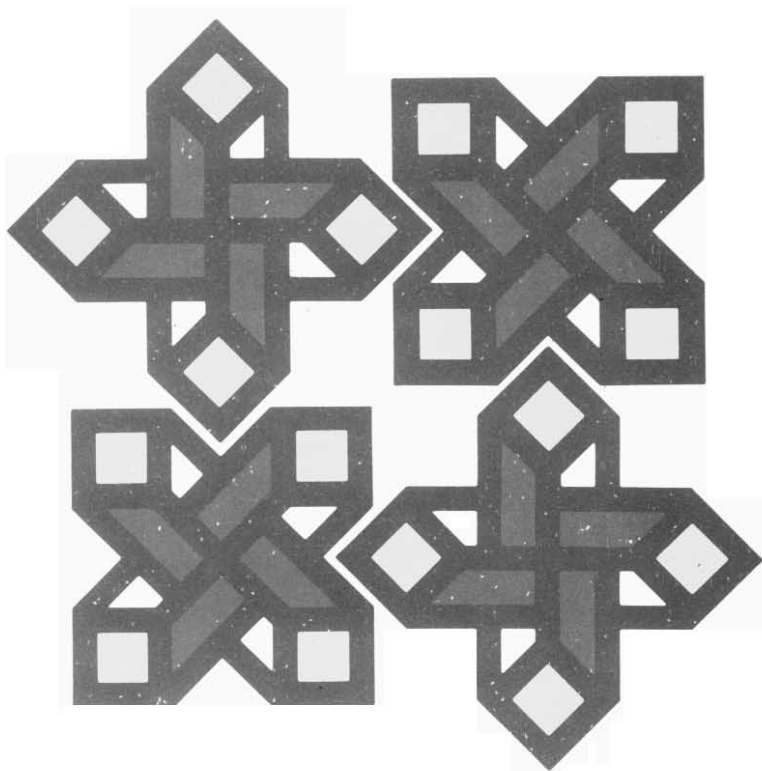


Marco Maciel

**POR QUE UM
PAÍS LIBERAL?**



A Nação tem alma liberal

A longa e fecunda trajetória das idéias liberais no Brasil — aliás, de acordo com Américo Brasiliense, foi o primeiro Partido Político a surgir no Império — tem raízes muito fundas na vida nacional.

Foram os movimentos liberais que permitiram os grandes pactos de consolidação nacional graças aos quais conseguimos abrandar os rigores do unitarismo do Império, promover a progressiva emancipação do trabalho servil, ampliar a base eleitoral, inclusive com o voto para as mulheres, estabelecer o voto direto e dar sentido e consequência à idéia republicana. Aliás, é bom lembrar que foi da cisão entre liberais exaltados e moderados que surgiu o Partido Republicano. O que se vê, assim, é que o liberalismo brasileiro não foi só um generoso movimento de idéias. Foi também um movimento tão criativo e fecundo que dele partiram inúmeras das vertentes que deram consequência ao reformismo mais significativo de nossa evolução política.

Liberalismo — Uma definição atual

No mundo atual, o moderno liberalismo social e progressista constitui um sistema alternativo para o capitalismo ou o socialismo, não como um caminho intermediário entre os dois, mas como uma posição de vanguarda em relação a eles, para a qual ambos tendem a convergir.

Devemos ter presentes que, como sistema político e como doutrina no campo social e econômico, o liberalismo pode ser conceituado como a crença que tem por fundamento a liberdade com igualdade, princípio sobre o qual a filosofia liberal lançou as bases da democracia, alargou os direitos humanos, assegurou o pluralismo ideológico, consolidou o "estado do bem-estar" dos tempos modernos e materializou as conquistas sociais.

Na época contemporânea, em que se acentuam as desigualdades sociais, cresce a influência do Estado, oprimem-se as minorias e surgem novas formas de dominação econômica que impedem o desenvolvimento, o liberalismo adquire força e sentido em sua ação inovadora, calcada no patrimônio de conquistas jurídicas, políticas, econômicas e sociais que o século XIX legou às atuais gerações.

O Liberalismo político, econômico e social

No campo político, o liberalismo luta pelo alargamento e pela generalização da democracia e do sistema representativo, buscando novas formas de participação, que evitem a influência do poder econômico nos sistemas eleitorais, assegurando o pluralismo partidário. Sua ação decisiva, no entanto, se concentra na busca de formas eficientes para assegurar juridicamente os direitos sociais do cidadão, protegendo-o contra a excessiva interferência do Estado, que tolhe os direitos individuais, cerceia a liberdade individual e retira da sociedade o controle sobre o Estado.

No campo social, o liberalismo, responsável por inúmeras e significativas conquistas, tenta assegurar ao cidadão a igualdade de direitos que torne efetiva a igualdade de oportunidades. Segundo essa concepção, a interferência do Estado se faz para proteger socialmente o cidadão, amparar a família, dar-lhe condições dignas de vida e assegurar efetivamente sua participação nos destinos da sociedade.

No campo econômico, o liberalismo, a par de assegurar os princípios fundamentais que permitem o livre funcionamento das forças de mercado, intervém e participa, com o objetivo de regular a distribuição funcional da renda, garantir a livre iniciativa e orientar o desenvolvimento, condicionando o uso da propriedade ao desempenho do seu papel social, e impedindo o uso indiscriminado dos recursos naturais para evitar a deterioração do meio ambiente.

Atualidade do liberalismo

Mais que examinar o desenvolvimento do liberalismo no Brasil e os princípios que sempre o nortearam, é hora de avaliar até que ponto já não seria ocasião de oferecer à sociedade uma proposta clara, fundada no ideário liberal moderno que, como sabemos, concilia a liberdade com a justiça social.

Esta preocupação é tanto mais oportuna quando nos deparamos com a ocasião de optarmos por oferecer ao País uma proposta comprometida com as aspirações que refletem o sentimento preponderante da sociedade brasileira. É preciso, que a atuação política se constitua em força modernizadora do Estado brasileiro. O que pretendemos é um partido para o qual estar no governo ou na oposição seja fato meramente conjuntural, um partido comprometido com as idéias que sempre caracterizam o liberalismo brasileiro desde a independência de nosso País, pautadas pela modernidade, equilíbrio e ação eficaz.

O liberalismo na história brasileira

O Papel do liberalismo entre nós consistiu sempre em conciliar os ditames da ordem as exigências da liberdade. Uma função que Joaquim Nabuco, em sua obra "O Estadista do Império", atribui às três dominantes figuras que se juntam para fundar o Partido Liberal — Feijó, Evaristo e Vasconcelos —, quando escreveu que "a glória de Feijó é ter firmado a supremacia do governo civil; a de Evaristo é de ter salvado um princípio monárquico, e a de Vasconcelos é de ter reconstituído a autoridade".

Esse mesmo objetivo vai ser conseguido depois, na República, exatamente pelas maiores expressões do liberalismo da época: Rui Barbosa, moldando juridicamente as instituições republicanas, Prudente afirmando a supremacia do poder civil e Campos Sales restaurando a autoridade.

A República Velha

É fácil constatar que também na República Velha (1891-1930), em que não havia lugar para os partidos nacionais, nem por isso pereceram os princípios e ideais do liberalismo. Não podemos esquecer que, quando se tornou imperativa a mudança de 1930, iniciada com os movimentos de 1922, quer na área política, quer na concepção estética que mudou o eixo do pensamento e das preocupações brasileiras, foi para o apelo liberal que se voltaram os políticos, criando, exatamente, a Aliança Liberal. Esta fez a revolução que derrubou a República Velha.

A vaga do totalitarismo que engolfou o mundo a partir da década de 30, na esteira da grande crise econômica mundial, pode ter tornado anacrônico o modelo do Estado liberal clássico que predominou no fim do século XIX. Mas nem por isso sepultou os ideais do liberalismo como doutrina e como prática de liberdade. O que se viu, ao fim do conflito, é que só a permanência dos valores fundamentais da liberdade humana poderia afastar da face do planeta as ameaças totalitárias que quase fizeram naufragar as democracias do mundo ocidental.

A constituição liberal de 1946

No Brasil, lementavelmente, as conquistas da Constituição de 46 mostraram-se incapazes de constituir uma ordem política duradoura e uma ordem social mais justa.

A ação do Estado como fator de correção das injustiças e promotor do desenvolvimento, que caracterizou o neoliberalismo europeu pós-45, não marcou a pregação dos liberais brasileiros dispersos no pluripartidarismo da restauração democrática. Emergindo do Estado Novo, eles centram a sua atuação na defesa das liberdades individuais, na proteção jurídica do cidadão contra os abusos e os excessos do Estado, mas não foram capazes de compreender os novos valores dos direitos econômicos e dos direitos sociais, que passaram a ser a tônica dos tempos modernos. Fomos capazes de institucionalizar os direitos políticos do cidadão, mas não de entender o fenômeno da massificação de uma sociedade vivendo em paz e livre dos conflitos globalizantes.

A ampliação dos mercados no mundo em grande competição, exigiria o fortalecimento do mercado interno, impossível de ser obtido sem a garantia de uma renda razoavelmente distribuída, quer sob o ponto de vista pessoal quer sob o ponto de vista inter-regional. O que vimos em nosso caso foi o agravamento das disparidades econômicas e das disparidades sociais, criando as condições ideais para o predomínio do populismo, típico de uma sociedade em processo de crescente industrialização e de crescente urbanização. A falta de atendimento das demandas sociais inadiáveis contribuiu sem dúvida para a terrível pendularidade entre autoritarismo e populismo, que vem marcando os últimos anos da vida política, gerando instabilidade institucional e política.

A transição política

A luta pela disputa do poder, que constitui a própria essência do processo político, tem impedido a modelagem de um pacto fundado em bases doutrinárias e ideológicas, que seja capaz de dar estabilidade aos inevitáveis conflitos da política.

Por isso é que, na base da negociação de que resultou a formação da Aliança Democrática, acordo político entre o PMDB e o nascente Partido da Frente Liberal, estava a convicção de que, sobre os eventuais e transitórios interesses partidários de grupos em disputa na sucessão era indispensável preservar o projeto político de restauração democrática. Mas não ficava nisso o nosso projeto.

A terrível pressão das demandas políticas e das enormes e insuportáveis demandas sociais, que ameaçavam e ameaçam tornar-se explosivas se não atendidas, nos impunham uma reconsideração sobre nosso modelo político.

Dai considerou-se como necessário que no âmbito partidário se definissem também as linhas doutrinárias e ideológicas pelas quais teríamos de lutar. E é justamente aí que avulta o papel que o PFL, enquanto partido que professa o liberalismo, na preservação e na viabilização desse projeto. A Aliança Democrática foi o conjuntural da redemocratização. Temos que nos bater agora pelo estrutural da edificação democrática. E isto é importante ter presente para que não cometamos os mesmos erros dos liberais da geração de 1945. Temos que conviver com a antevisão do futuro, cujas raízes estamos plantando.

Esse é o desafio que nos cabe responder neste instante.

Nossa posição em face do Estado

A primeira questão que deve ser posta em análise é o nosso posicionamento em relação ao Estado.

É uma contrafação da idéia liberal supor que o Estado, como qualquer outra instituição política criada pelo Homem seja um fim em si mesmo. Os liberais do século XIX já se encarregaram, antes de nós, de mostrar que o pressuposto fundamental da liberdade humana é que a liberdade em si é um fim e o Estado é apenas o instrumento para se chegar a esse objetivo. O moderno liberalismo, portanto, não tem por que temer o Estado ou o segmento que põe em ação sua vontade — o governo. Pelo contrário, o nosso dever é lutar para conquistá-lo, como expressão máxima do poder político, por que só de posse dos instrumentos que o proporcionam poderemos realizar os próprios fins da política. Só os meios por ele proporcionados poderão realizar as aspirações fundamentais do liberalismo contemporâneo: assegurar as liberdades públicas e civis que é uma aspiração de toda sociedade democrática e garantir a todos igualdade de oportunidades, que é um dos pressupostos de toda a sociedade liberal, como forma de assegurar um desenvolvimento justo.

Essa ótica é vital em países como o nosso, de tão acentuadas e profundas diferenças, onde o importante é a função do Estado na tutela dos direitos políticos e sociais.

O cidadão e a sociedade

A tutela dos direitos individuais não pode ser exercida apenas em favor de alguns, mas de todos. Como tutelar as garantias do cidadão de forma eficaz, a não ser aproximando-se o poder do Estado do poder da sociedade de acioná-lo em seu favor? Que instrumento da sociedade, por mais organizada que ela seja, terá eficácia suficiente para preservar os direitos políticos individuais de todos a não ser transformando os direitos do Estado em mecanismo eficiente de proteção ao cidadão?

Chegou o momento de se pensar que não se pode perpetuar práticas político-administrativas que, nos últimos 60 anos, deram ao Brasil seis Constituições, cinco moedas e apenas 4 presidentes eleitos pelo voto popular. Enquanto não nos entendermos em torno de idéias, compromissos e programas, não construiremos o sistema político democrático, não consolidaremos as instituições, não asseguraremos os direitos da cidadania e não implantaremos uma política justa de desenvolvimento social e econômico. Pelo contrário, vimos agravarem-se a inflação que corroi a economia e o dualismo social que nos divide.

Desigualdades e injustiças

Precisamos também alinhar o País entre as nações emergentes, que surgem no cenário mundial com perspectiva de prosperidade e justiça social, sob pena de continuarmos à margem dos benefícios daí decorrentes, aumentando o fosso existente entre a modernização e o atraso. É indispensável condenar a tutela do Estado, sobre a sociedade e denunciar a falência das receitas estatizantes, geradas por políticas paternalistas. Temos de decidir se vamos insistir no equívoco do capitalismo de Estado, ou se vamos abrir espaços à iniciativa criadora dos cidadãos.

Temos, por outro lado, que refletir sobre o papel do Estado nas nações em desenvolvimento ainda cindidas pelas incomensuráveis diferenças de crescimento interno, que fazem sobreviver segmentos dinâmicos e prósperos da economia com técnicas artesanais e pré-industriais de produção. As diferenças que geram as demandas não poderão ser superadas apenas pelo livre jogo das forças de mercado. O Estado tem que usar o seu poder tributário, as medidas de política econômica, os instrumentos de redistribuição de renda e os estímulos que estão ao seu alcance para encurtar essa distância. Tanto a nível pessoal, fortalecendo o poder aquisitivo e ampliando o mercado interno, quanto a nível espacial, aproximando as regiões separadas por níveis de conhecimento e de desempenho.

Igualdade de oportunidades

Se o papel do Estado é fundamental no plano econômico, não é menor nem menos significativo o seu poder no campo social. O ideal democrático e liberal de uma sociedade em que todos tenham iguais oportunidades só poderá ser atin-

gido com o poder moderador do Estado, no suprimento das garantias mínimas em matéria de educação, de previdência, de saúde, de oportunidades de trabalho, de habitação e de promoção cultural. Os direitos sociais nas modernas sociedades são tão fundamentais quanto os direitos econômicos. Trata-se da necessidade de assegurar as condições mínimas para que todos os cidadãos tenham as garantias necessárias do Estado, sobretudo nos momentos de crise de mercado ou de ajustamento econômico, em face dos ciclos de depressão e de prosperidade que vivem as sociedades humanas.

Liberdade e progresso

Estamos, na verdade, diante do desafio de conciliarmos, mais uma vez, a ordem com a liberdade e a liberdade com o progresso. É preciso, assim, fazer com que as instituições políticas sejam cada vez mais a expressão do desejo da sociedade. Só assim evitaremos o vezo autoritário de pretender que o Estado onipotente e o governo, como expressão de sua vontade, venham a tutelar a sociedade e moldá-la segundo o arbítrio, o poder e a vontade de seus eventuais detentores.

Papel dos partidos políticos

É neste sentido que cabe agora um papel extremamente importantes aos partidos políticos na moderna sociedade, que pretendemos construir, e, dentro desse quadro, o PFL tem uma responsabilidade maior, não apenas com a transição, mas igualmente com a consolidação dessas idéias de nítido matiz liberal.

Devemos debater o futuro do País, o papel que o Estado e a sociedade devem exercer, o fortalecimento institucional, a estabilidade política, o desenvolvimento e a justiça social.

Impõe-se, assim, que o nosso Partido dê uma demonstração inequívoca da força do nosso compromisso com a modernização social, econômica, política e institucional que o Brasil reclama e a opinião pública exige.

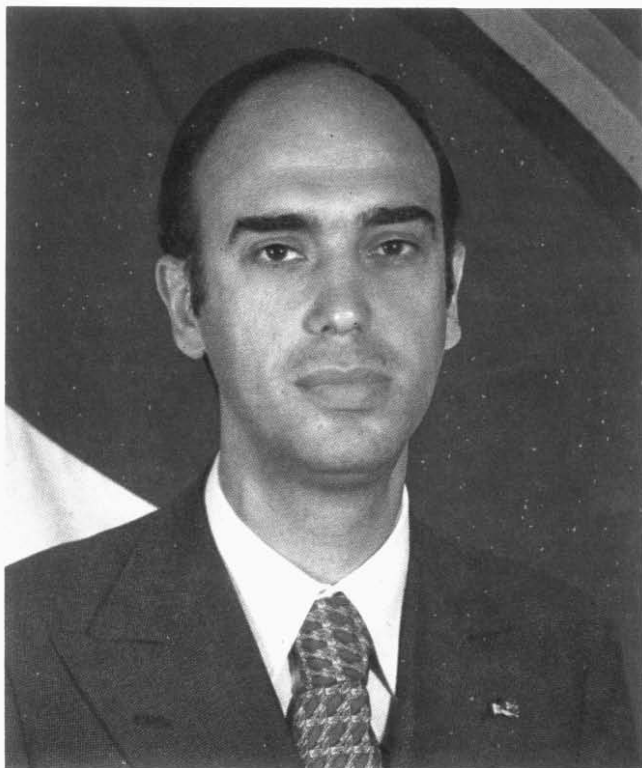
Enfim, ou nos aproximamos dos anseios da sociedade, e vamos buscar neles a fonte inspiradora de nossa ação política, ou nos afastamos deles e veremos soçobrar a última oportunidade neste século de darmos ao regime político que estamos erigindo o caráter liberal que a sociedade numerosa e complexa do Brasil dos nossos dias exige, para que sobreviva fundada na liberdade, na diversidade, na controvérsia pacífica na disputa democrática pelo poder e num clima de paz social.

A alternativa ao autoritarismo e ao populismo

Temos que evitar a configuração autoritária do Estado, a solução agônica para o processo político, que constitui, em nosso século, como já caracterizou Revel, a "tentação totalitária". E para cumprir esse papel é necessário que o Partido da Frente Liberal defina os seus rumos de forma clara para que se afirme enquanto agremiação política. Isso passa, necessariamente, cumpridas as etapas básicas da transição, por adotar uma posição clara de defesa de nossos

princípios para que possamos imprimir uma diretriz programática, e não meramente instrumental, à nossa atividade política.

O nosso papel; pois, será o de evitar, de um lado, a recaída autoritária e do outro a tentação totalitária do populismo, com suas fórmulas simplificadoras, incompatíveis com a diversidade do desafio brasileiro. O poder deve ser contido pelo próprio poder, e sobre ambos deve exercer sua intransferível soberania a sociedade. Ou, como disse Nabuco de Araújo, em discurso que anteviu o papel dos liberais na política brasileira, "não deve haver na sociedade mais poder do que aquele que é preciso para o governo dela. A regra deve ser a liberdade, ...".



MARCO MACIEL — foi líder estudantil, é professor universitário, tendo sido secretário de Estado em Pernambuco, sua terra natal. Eleito deputado estadual, exerceu, na Assembléia Legislativa, a liderança da maioria. Deputado federal duas vezes, foi Presidente da Câmara no período de 1977/1979. Governou Pernambuco no período de 1979/1982. Elegeu-se senador em 1982, e foi posteriormente ministro da Educação e chefe do Gabinete Civil da Presidência da República. Atualmente é Presidente Nacional do Partido da Frente Liberal — PFL.